



**“CONSEGUIU ASSINAR O SEU NOME, NÃO COM PERFEIÇÃO,
PODE-SE MESMO DIZER MELHOR QUE DESENHAVA O SEU
NOME”: PERCURSOS DE UM HOMEM NEGRO (I) LETRADO NO
PÓS-ABOLIÇÃO (PAULINO DE SOUZA BASTOS – FLORESTA
AURORA – PORTO ALEGRE – RS)**

Paulo Roberto Staudt Moreira¹

Resumo: Segundo Petrônio Domingues (2010, p. 132), o associativismo negro é composto de “uma polifonia de vozes, discursos e retóricas raciais”. Os heterogêneos coletivos que montaram e mantiveram clubes, jornais e irmandades ativos e combativos por décadas, carece ainda de investimentos investigativos. Nos propomos a acompanhar a trajetória de um homem negro, desde as suas experiências familiares entre escravidão e liberdade, até a sua afirmação como homem livre. Daremos ênfase aos seus investimentos associativos e preferências políticas, projetos laborais bem-sucedidos e fracassados. A oscilante trajetória do operário-músico-pedreiro-pintor-açougueiro Paulino de Souza Bastos pode nos ajudar a entender a composição das elites negras do período, com suas variações sociais e profissionais ao longo de vidas marcadas pela instabilidade, em um difícil exercício de sobreviver e manter o patrimônio material e o prestígio social duramente adquirido.

Palavras-chave: Floresta Aurora; associativismo negro; escravidão.

**“HE MANAGED TO SIGN HIS NAME, NOT PERFECTLY, ONE CAN EVEN
SAY BETTER THAT HE DREW HIS NAME”: PATHS OF A BLACK MAN (I)
LITERATE IN THE POST-ABOLITION PERIOD (PAULINO DE SOUZA
BASTOS - FLORESTA AURORA - PORTO ALEGRE - RS)**

Abstract: According to Petrônio Domingues (2010, p. 132), black associations are composed of “a polyphony of racial voices, speeches and rhetoric”. The heterogeneous collectives that set up and maintained active and combative clubs, newspapers and brotherhoods for decades still lack investigative investments. We propose to follow the trajectory of a black man, from his family experiences between slavery and freedom, to

¹ Professor titular da Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Doutor pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Bolsista Produtividade CNPq. E-mail: moreirast@terra.com.br



his affirmation as a free man. We will emphasize your associative investments and political preferences, successful and failed labor projects. The oscillating trajectory of the worker-musician-mason-painter-butcher Paulino de Souza Bastos can help us to understand the composition of the black elites of the period, with their social and professional variations throughout lives marked by instability, in a difficult exercise to survive and maintaining hard-won material assets and social prestige.

Keywords: Floresta Aurora; black associations; slavery.

"SE LAS ARREGLÓ PARA FIRMAR SU NOMBRE, NO PERFECTAMENTE, INCLUSO SE PUEDE DECIR MEJOR QUE DIBUJÓ SU NOMBRE": CAMINOS DE UN HOMBRE NEGRO (I) ALFABETIZADO EN EL PERÍODO POSTERIOR A LA ABOLICIÓN (PAULINO DE SOUZA BASTOS - FLORESTA AURORA - PORTO ALEGRE - RS)

Resumen: Según Petrônio Domingues (2010, p. 132), las asociaciones negras se componen de "una polifonía de voces raciales, discursos y retórica". Los colectivos heterogéneos que establecieron y mantuvieron clubes, periódicos y hermandades activas y combativas durante décadas, aún carecen de inversiones en investigación. Proponemos seguir la trayectoria de un hombre negro, desde las experiencias de su familia entre la esclavitud y la libertad, hasta su afirmación como hombre libre. Haremos hincapié en sus inversiones asociativas y preferencias políticas, proyectos laborales exitosos y fallidos. La trayectoria oscilante del trabajador-músico-albañil-pintor-carnicero Paulino de Souza Bastos puede ayudarnos a comprender la composición de las élites negras de la época, con sus variaciones sociales y profesionales a lo largo de la vida marcadas por la inestabilidad, en un ejercicio difícil para sobrevivir y el mantenimiento de activos materiales y prestigio social ganados con esfuerzo.

Palabras-clave: Floresta Aurora; asociaciones negras; esclavitud.

« IL A REUSSI A SIGNER SON NOM, PAS PARFAITEMENT, ON PEUT MEME MIEUX DIRE QU'IL A DESSINE SON NOM»: PARCOURS D'UN HOMME NOIR (I) LETTRE DANS LA PERIODE POST-ABOLITION (PAULINO DE SOUZA BASTOS - FLORESTA AURORA - PORTO ALEGRE - RS)

Résumé: Selon Petrônio Domingues (2010, p. 132), les associations noires sont composées «d'une polyphonie de voix raciales, de discours et de rhétorique». Les collectifs hétérogènes qui ont créé et maintenu des clubs, des journaux et des confréries actifs et combattifs pendant des décennies, manquent encore d'investissements d'investigation. Nous proposons de suivre la trajectoire d'un homme noir, de ses expériences familiales entre esclavage et liberté, jusqu'à son affirmation d'homme libre. Nous mettrons l'accent sur vos investissements associatifs et vos préférences politiques,



vos projetos de trabalho réussis et échoués. La trajectoire oscillante du travailleur-musicien-maçon-peintre-boucher Paulino de Souza Bastos peut nous aider à comprendre la composition des élites noires de l'époque, avec leurs variations sociales et professionnelles tout au long de la vie marquées par l'instabilité, dans un exercice difficile à survivre et maintenir des actifs matériels et un prestige social durement acquis.

Mots-clés: Floresta Aurora; associations noires; esclavage.

INTRODUÇÃO

Em um ensaio chamado “Vida precária, vida passível de luto”, Judith Butler (2018, p. 45) reflete sobre a “distribuição diferencial da condição de ser passível de luto”, argumentando que “formas de racismo instituídas e ativas no nível da percepção tendem a produzir versões icônicas de populações que são eminentemente lamentáveis e de outras cuja perda não é perda, e que não é passível de luto”. Dependendo das qualidades de quem morre, sofre e padece violências é que sentimos “disposições afetivas politicamente significativas”. Os históricos e reiterados investimentos em associativismos funerários, como as irmandades religiosas que tinham como orago Nossa Senhora do Rosário, São Benedito e Nossa Senhora da Conceição, por exemplo, mostram como houve sempre um sentimento de que era preciso (re)afirmar comunitariamente que *mortes negras importam*. As primeiras décadas da república, no Brasil, foram profícuas em manifestações cívico-religiosas desse tipo, visibilizando perdas que eram consideradas relevantes pelos seus familiares, mas também por coletividades específicas, e que deveriam, portanto, ser sentidas de forma pública.

Foi o que se passou em Porto Alegre no inverno de 1910, quando a cidade ficou paralisada assistindo a um préstito fúnebre atravessá-la. Afirmava-se ali um luto público, pelo passamento de um indivíduo que os seus iguais ou assemelhados não queriam que simplesmente saísse da vida sem barulho ou reconhecimento, mas cuja morte deveria ser sentida e proclamada (COSTA, 2020). O defunto pertencia a uma estirpe negra consagrada ao abolicionismo, a imprensa negra, ao associativismo religioso e morrera ocupando o cargo de juiz de direito. Aurélio Viríssimo de Bittencourt Júnior mereceu longos textos de homenagem, seja no jornal republicano A Federação (afinal seu pai era

chefe de gabinete dos presidentes do Estado desde o século passado), ou no jornal O Exemplo (o primeiro periódico negro do estado, fundado por ele e outros parceiros em 1892).²

Aurélio Viríssimo de Bittencourt Júnior nasceu em 28 de fevereiro de 1874, filho de pai homônimo, então capitão da Guarda Nacional e funcionário público provincial e Joana Joaquina do Nascimento. Seu pai foi simpatizante do Partido Liberal durante o Império e, após a proclamação da República, tornou-se um dos mais sólidos esteios do Partido Republicano Rio-grandense, sendo chefe de gabinete de Júlio Prates de Castilhos, Antônio Augusto Borges de Medeiros e Carlos Barbosa (MOREIRA, 2010 e 2014; PERUSSATTO, 2018). Aurélio Júnior formou-se em direito na faculdade de São Paulo, fundou o jornal O Exemplo (junto com seu irmão Sérgio e vários outros jovens negros) e estava gradualmente galgando postos no judiciário, sendo seu repentino falecimento em 30 de julho de 1910, aos 36 anos de idade, de uma “cruel enfermidade do fígado”, um choque para seus conhecidos, familiares e admiradores.

Não é possível, num simples necrológico, fazer o elogio desse moço, cheio de talento e cheio de esperanças, que a morte impiedosa arrebatou do número dos vivos. O melhor elogio que se lhe pode fazer é constatar o fato de ter ele morrido sem deixar inimigos, apesar do espinhoso cargo que exercia. Era uma alma boa e uma alma grande, e nos lábios sempre lhe balançava um sorriso, estampa viva do seu generoso coração. [...] Era um juiz estudioso e íntegro e suas sentenças eram ditadas exclusivamente pela sua consciência. Ao seu venerando progenitor, o nosso amigo tenente-coronel Aurélio Bitencourt e sua família os nossos sentidos pêsames.³

O jornal republicano alerta que o enterro do *malogrado* Doutor Aurélio Júnior se realizou com *extraordinária concorrência*.

Bastava descrever esta cerimônia fúnebre para justificar o necrológico que fazemos do nosso estimado patricio. O féretro foi acompanhado por representantes de todas as classes sociais, republicanos e adversários, pobres e ricos, todos irmanados na eloquente homenagem. O corpo foi retirado da casa mortuária por amigos e colegas do morto e conduzido à mão até a Catedral. Ao

²Ver: MÜLLER, 1999; PINTO, 2006; ZUBARAN, 2008; ROSA, 2014; SANTOS, 2014; BOHRER, 2014; OLIVEIRA, 2017; PERUSSATTO, 2018).

³HD/BNRJ – Jornal A Federação, nº 176, 01/08/1910.



chegar ali, seguraram nas alças do caixão os irmãos da irmandade do Divino Espírito Santo que, incorporados e de cruz alçada, assistiram ao ato. [...] Não exageraremos se dissermos que o acompanhamento ocupava uma quadra inteira, tal o número de pessoas presentes. [...]

Tratava-se de uma manifestação coletiva de luto e os presentes sabiam que muito do que ali transcorria tinha um componente fortemente racial. Era o membro de uma proeminente família negra, fundador de um periódico que protestava veementemente contra os *preconceitos de cor* e que mesmo com todos os obstáculos ascendeu social e politicamente. Os que conhecem o centro de Porto Alegre, sabem que aquela região descrita pelo jornal republicano é composta de áreas altas e baixas, unidas por lombas íngremes. Imaginar o caixão do juiz Aurélio Júnior carregado à mão, provavelmente por muitos de seus irmãos de cor, é um exercício útil para refletirmos sobre as várias formas pelas quais o racismo é reiteradamente combatido. Presentificava-se um defunto negro e tal celebração tinha um valor de ação coletiva, já que através dele se visibilizavam as comunidades negras meridionais, insistentemente apagadas em prol dos elogios à imigração europeia e aos apelos ao embranquecimento.

O texto citado acima, do jornal A Federação, é acompanhado por longa lista de indivíduos e associações que foram ao cortejo exteriorizar suas lóstimas e homenagens. Destacamos a menção a três associações e seus representantes naquele cortejo fúnebre: a Beneficência Porto-alegrense, a Floresta Aurora, além do jornal negro O Exemplo. A Sociedade Beneficente Floresta Aurora foi criada em Porto Alegre, em 1872, sendo a primeira associação negra (não religiosa) do Rio Grande do Sul,

A Sociedade Floresta Aurora foi formada, conforme Liane Muller, por um grupo de indivíduos que pertenciam à Irmandade do Rosário e constituíram formas organizativas de caráter civil que eram autônomas a própria Irmandade. Essa associação foi o primeiro clube social formado por afrodescendentes em Porto Alegre. Surgida em 1872, como Sociedade Musical, com o passar dos anos, a Sociedade Floresta Aurora desdobrou-se em diversas ramificações que atendiam suas distintas finalidades. Tornou-se sociedade dançante e beneficente, agregou um centro dramático e um centro de ‘moças’, apresentava ainda outra divisão denominada Recreio Floresta Aurora, destinada a atividade de lazer, e também constituiu outra banda de música, denominada Sociedade Musical Lyra Florestina, fundada em 1898 (BOHRER, 2014, p. 95/96).

A Floresta Aurora estava lá, não com a sua tradicional banda musical, mas com a presença de vários de seus membros, sendo destacados pelo jornal republicano apenas três deles, membros de sua diretoria - Paulino de Souza Bastos, Honório Porto e Reinaldo Freire. Esses homens estavam ali como representantes de uma associação que já existia há décadas, não eram meros espectadores, ou atores coadjuvantes, mas ocupavam aquele cenário social específico como delegados orgulhosos de um ramo do associativismo negro local. Segundo Petrônio Domingues (2010, p. 132), o associativismo negro é composto de “uma polifonia de vozes, discursos e retóricas raciais”. Os heterogêneos coletivos que montaram e mantiveram clubes, jornais e irmandades ativos e combativos por décadas, carece ainda de investimentos investigativos. Nos propomos a acompanhar a trajetória de um homem negro, desde as suas experiências familiares entre escravidão e liberdade, até a sua afirmação como homem livre. Daremos ênfase aos seus investimentos associativos e preferências políticas, projetos laborais bem-sucedidos e fracassados. A oscilante trajetória do operário-músico-pedreiro-pintor-açougueiro Paulino de Souza Bastos pode nos ajudar a entender a composição das elites negras do período, com suas variações sociais e profissionais ao longo de vidas marcadas pela instabilidade e mesmo pela precariedade, em um difícil exercício de sobreviver e manter o patrimônio material e o prestígio social duramente adquirido.

Participar de associações tinha vários significados, sejam devocionais, políticos, étnico-raciais, assistencialistas. O associativismo qualificava as pessoas, dando-lhes visibilidade social. Notamos isso em cada indivíduo que pesquisamos, que frequentemente estão agregados em mais de uma agremiação, seja como simples associados ou ocupando cargos diversos. Em 1908, por exemplo, Paulino de Souza Bastos é identificado como festeiro da festa do Rosário: “Ontem, dia consagrado a N. Sra. do Rosário, realizou-se na freguesia de Belém Velho, a exposição da imagem daquela santa, que ali se venera. À noite foi cantado o terço. Nesse mesmo dia, por iniciativa do festeiro

Paulino de Souza Bastos, teve começo o peditório para a festa que brevemente se realizará”.⁴

A Sociedade de Beneficência Porto-alegrense foi fundada em Porto Alegre em 15 de dezembro de 1856 (SILVA Jr., 2004) e temos informações consistentes da presença numérica de indivíduos negros em seus quadros associativos. Em maio de 1905 essa associação reuniu-se em assembleia, sendo discutido e aprovado o parecer da comissão de exames de contas e empossada a nova diretoria, sendo destacado que “Várias medidas lembradas pela comissão de contas e pelo sócio Paulino de Souza Bastos, este propondo alguma redução na verba com enterramentos, ficaram para ser resolvidas pela diretoria”. Na diretoria eleita para um mandato anual, em 1907, temos como presidente o doutor em medicina e professor da faculdade local Eduardo Sarmiento Leite, como um dos fiscais Honório Porto e como suplente Paulino de Souza Bastos.⁵

Gerações em cativeiro

Nascer escravizado, do ventre de uma mulher cativa, sentir parte de sua família libertar-se antes dele, viver a *violência racializada* da escravidão, tornar-se livre ainda durante a vigência da escravidão, apreender a vida em liberdade com os limites impostos pelo racismo e pelas suspeitas contra a ingratidão e os maus instintos dos libertos, sentir a dupla consciência de ser livre e egresso do cativeiro, ter uma família que não lhe pertence e mesmo assim esforçar-se ao limite para mantê-la. Talvez essas sejam algumas das experiências sociais, sentidas no âmbito da consciência e da emoção, que compunham estes indivíduos afro-diaspóricos.

Paulino nasceu ainda escravizado, em 16 de setembro de 1858, e foi batizado na Igreja do Rosário, em Porto Alegre, em 8 de dezembro daquele mesmo ano. Ele era filho natural da crioula Maria, pertencente a José Alves Bastos. Foi seu padrinho Antônio de Oliveira Bispo e madrinha Josefa Maria da Conceição e o padre que ministrou os sacramentos foi José do Vale São Fernando.⁶ Os dados que temos do padrinho de Paulino

⁴No ano seguinte Paulino se manteve assumindo este cargo (HD/BNRJ - A Federação, nº 233, 05.10.1908; A Federação, nº 38, 13.02.1909). Em 1911, Paulino comparece em uma seção conjunta da Ordem terceira de N. Sra. das Dores (HD/BNRJ - A Federação, nº 27, 31.01.1911).

⁵HD/BNRJ - A Federação, nº 104, 04.05.1905; A Federação, nº 75, 28/03/1907.



remetem ao seu falecimento, em 12 de julho de 1869, de gastro-hepatite. Ali, quando de seu sepultamento no cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, Antônio de Oliveira Bispo foi descrito como *pardo*, tendo 60 anos de idade, natural da província da Bahia e solteiro.⁷

José Alves Bastos veio com menos de 14 anos de Portugal para Salvador, na Bahia. Ali ficou “algum tempo”, até que com as *desordens* ou *revoluções* ocorridas naquela cidade por ocasião da independência brasileira, mudou-se com outros portugueses para o Brasil meridional. Ele estava em Porto Alegre há 4 anos quando desposou Bernardina.⁸ O casamento ocorreu às 11 horas do dia 23 de abril de 1827, no oratório da casa de residência do Sargento-mor João Luiz Teixeira, sob as bênçãos do Reverendo Coadjutor Francisco de Paula Batista. O noivo José Alves Bastos fora batizado na Freguesia de São Pedro de Arnóia, do Arcebispado de Braga e era filho legítimo de Antônio Álvares Bastos e de Ana Maria. A noiva Bernardina Teixeira Fernandes fora batizada naquela mesma igreja matriz, filha de pais incógnitos e exposta na casa de Maria Martins, em 20.05.1815. Foram testemunhas do casório o Vigário Geral interino da província João Batista Leite de Oliveira Salgado e Alexandre José de Campos.⁹

Os proprietários brancos da família negra de Paulino tiveram uma vida longa, considerando os padrões oitocentistas. Ambos faleceram com mais de 60 anos de idade, na capital da província gaúcha, provavelmente cercados do afeto familiar.¹⁰ O português José Alves Bastos morreu aos 69 anos, em 1º de dezembro de 1869, descrito como *branco*. A então viúva Bernardina Alves Bastos, com 60 anos de idade, também alcunhada de

⁶AHCMPA – Livro 2 de batismos de escravos da Paróquia de Nossa Senhora do Rosário, folha 3v.

⁷CHC – SCMPA - Livro nº 8 de óbitos de pessoas livres - registro 13054.

⁸Ele apresentou três testemunhas para comprovar a sua solteirice, todos portugueses. Destes, dois vieram com ele fugidos de Salvador: o negociante José Ventura de Araújo Leão (casado, natural do arcebispado de Braga, 25 anos) e o caixeiro Domingos José Ferreira de Oliveira (solteiro, natural do termo de Barcelos, no arcebispado de Braga, 20 anos) (AHCMPA - Habilitação matrimonial, ano: 1827, nº 140, caixa: 185, noivos: José Alves Bastos & Bernardina Teixeira Fernandes).

⁹AHCMPA – Livro de Casamentos da Paróquia de Nossa Senhora da Madre de Deus, livro 3, folha 155v; Habilitação matrimonial – ano: 1871, Nº 42, Caixa: 272, noivos: Antônio Ferreira Martins & Adélia Alves Bastos; Habilitação matrimonial – ano: 1827, nº 140, caixa: 185, noivos: José Alves Bastos & Bernardina Teixeira Fernandes.

¹⁰CHC – SCMPA – Livros de Óbitos de Livres nº 8 e 12.



branca, foi vitimada pelo tifo, em 16 de janeiro de 1875. Ambos foram enterrados logo no dia seguinte aos seus falecimentos e enterrados na catacumba da Irmandade de Santa Bárbara.

“Gravemente doente e temendo da infalível morte, pensão da vida humana”, o senhor das vidas de Paulino e sua família, José Alves Bastos, redigiu o seu testamento em 28.11.1869, legando tudo o que tinha a sua viúva Bernardina e a três filhos legítimos e solteiros: Henrique Alves Bastos (24 anos, morador em São Leopoldo), Bernardino Alves Bastos (17 anos) e Adelina Alves Bastos (13 anos). A avaliação total do patrimônio do casal José e Bernardina atingiu pouco mais de 30 contos de réis, destacando-se doze imóveis, entre meias-águas e sobrados.¹¹

Bem antes disso, no ano de 1854, o português José Alves Bastos foi multado pelo procurador da Câmara Municipal de Porto Alegre.¹² Ele possuía uma venda na Rua de Bragança, canto da do Poço, centro da capital da província, e foi flagrado pelo fiscal com uma porta nos fundos aberta e dentro do estabelecimento oito clientes. Ele foi condenado a pagar a multa de 20 mil réis por descumprimento da postura municipal que proibia conservarem-se abertas, nos limites da Cidade, as casas de negócio nos domingos e dias santos de guarda. No inventário de 1870, esse imóvel na rua de Bragança nº 178, uma casa de sobrado, aparece como o bem mais valioso da família, 14 contos de réis. Mas não sabemos se em função desta multa, o comerciante resolveu mudar seu negócio do centro para a Várzea da capital, pois quando morreu morava nesta zona, onde tinha estabelecida sua casa de negócio e residência.

No inventário de 1870 encontramos quatro escravizados: Maria (37 anos, crioula, com uma cria de 30 meses – 1:400\$), Benedito (crioulo, 14 anos – 700\$) e Paulino (pardo, 10 anos – 600\$). Ali estavam, listados como simples mercadorias, a crioula Maria e três de suas crias, sendo que ela e os produtos de seu ventre escravizado contabilizavam cerca

¹¹Ele apontou como testamentários a sua viúva Bernardina, o comerciante Lopo Gonçalves Bastos e José Gonçalves Duarte. Deixou a Irmandade do Santíssimo Sacramento a quantia de 50 mil réis (APERS – 2º Cartório de Órfãos de Porto Alegre, nº 400, Inventariado: José Alves Bastos, inventariante: Bernardina Alves Bastos – 1870 – comarca de Porto Alegre).

¹²APERS – Juízo Municipal de Porto Alegre, notificação para imposição de multa, nº 6086, notificado: Bento Manoel Veloso (e outros), notificante: Câmara Municipal de Porto Alegre, 1854.



de 9% do total do patrimônio senhorial. Mas como essa família escravizada não era apenas um bem avaliável monetariamente, mas seres humanos dotados de capital afetivo e capacidades laborais diversas, a viúva Bernardina pediu para que em sua terça fosse incluída Maria e sua prole, além das casas da Azenha. Maria deveria ser um indispensável arrimo daquela família, ajudando na manutenção da residência e do armazém daqueles senhores, e certamente cuidando e amamentando os filhos de seus algozes.¹³

Ao longo do inventário post-mortem de seu falecido esposo, Bernardina comunicou ao Juiz de Órfãos ter *contratado* o casamento de sua filha menor Adélia com Antônio Ferreira Martins, reconhecendo neste consórcio vantagens, já que o noivo era “pessoa idônea, estabelecido com negócio nesta cidade”.¹⁴ Pois foi justamente o genro Antônio Ferreira Martins (por *cabeça* de sua esposa Adélia), mais os filhos Henrique e Bernardino (casado com Dona Mariana Duprat Bastos), que elaboraram uma *partilha amigável* sobre os bens de Bernardina, alguns anos depois, em 1875.¹⁵ Exigência dos inventários post mortem posteriores a 1872, encontramos anexo, a cópia da matrícula dos quatro escravizados da família:

- Maria: preta, 37 anos, solteira, filiação desconhecida, capaz de qualquer serviço, cozinheira;
- Benedito: cor preta, 12 anos, filho natural de Maria, capaz de qualquer trabalho, serviço doméstico;
- Paulino: parda, 10 anos, filho natural de Maria, capaz de qualquer trabalho, serviço doméstico;
- Vicentina: cor parda, 3 anos, filho natural de Maria.

¹³Item bastante normal no inventário de um comerciante, achamos incluídos pedidos de ressarcimentos de comerciantes locais, de fornecimentos de bens ao armazém dos Alves Bastos. Pela lista de bens, percebemos que ali eram vendidas uma variedade de mercadorias, desde charutos, chinelos, botinas, mas o que se sobressaía eram os tecidos, de preços e tipos diversos.

¹⁴ Antônio e Adélia casaram às sete horas da noite de 3 de junho de 1871, na Igreja da Madre de Deus, em Porto Alegre. O noivo era português, como o seu sogro recém falecido, filho legítimo de um outro Antonio Ferreira Martins e de Maria Martins. Não sabemos se essa Maria Martins é a mesma que acolheu a exposta Bernardina em 1815, que viria a ser a mãe de Adélia, mas a coincidência é grande. Adélia foi batizada em 1857 na mesma igreja em que casou, mas em seu registro consta que era “filha de pais incógnitos”, mas inserido na sua habilitação matrimonial estava um alvará dos seus pais, apresentando-a como filha legítima (AHCMPA - Livro de Casamentos da paróquia de Nossa Senhora da Madre de Deus, folha 154; Habilitação matrimonial – ano: 1871, nº 42, Caixa: 272, noivos: Antônio Ferreira Martins & Adélia Alves Bastos).

¹⁵APERS – 3º Cartório Civil - processo nº: 450 - Inventariada: Bernardina Alves Bastos, Inventariantes: Antônio Ferreira Martins e outros, 1875.



O monte-mor dos bens de Bernardina chegou a pouco mais de 10 contos de réis, incluídos aí os dois filhos de Maria, Benedito e Paulino, cada um deles avaliado em 850 mil réis, os quais foram legados a Antônio Ferreira e sua esposa. Ficaram ausentes, no arrolamento dos bens, Maria e sua filha Vicentina. Menos da metade de uma página do livro de cartório ocupou a carta de alforria da *preta* Maria, com 40 anos, *mais ou menos*. Em apenas 14 linhas, contando o espaço das assinaturas, os herdeiros da finada Bernardina a alforriaram *graciosamente*, “pelos bons serviços prestados por ela”. Isso foi em 27 de janeiro de 1875 e os *serviços* aqui englobam uma ampla gama de trabalhos e esforços, incluindo força física, resiliência, honestidade, dedicação, habilidades laborais e capacidade reprodutiva. Na mesma época da alforria de Maria, efetivou-se a liberdade de sua filha, a parda Vicentina, que quando tinha 5 anos de idade, em 10.11.1872, foi agraciada com uma carta que lhe prometia ficar desonerada do cativoiro, *desde o dia da morte* da senhora Bernardina.¹⁶

Em sua tese de doutoramento, o professor Sidney Chalhoub (1990, p. 18), comentando a produção de Carlo Ginzburg e Robert Darnton, escreveu que eles: “jamais se depararam com os fatos históricos ao dobrarem uma esquina mais ou menos deserta de arquivo. Não, os fatos nunca estiveram lá, de tocaia, prontos para tomar de assalto as páginas dos historiadores; foi preciso investigar seus rastros – os documentos – e construí-los a partir dos interesses específicos de cada autor e da imaginação controlada característica da disciplina histórica”. Compor trajetórias de setores sociais subalternizados demanda um exercício consistente de imaginação controlada, já que somos obrigados, em uma mescla de diligente ofício arqueológico e hábil remontagem de um quebra-cabeças, estabelecer diálogos entre fragmentos de documentos, localizados distantes um do outro cronologicamente. Na maioria dos casos, adjetivamos como fragmentos essas pistas sobre os nossos personagens, por serem excertos textuais inseridos em documentos de maiores dimensões, os quais não foram produzidos por eles e nos quais eles se materializam não da forma como gostaríamos. Por isso dizemos que para utilizá-los convenientemente para os nossos fins temos que instrumentalizar a

¹⁶A carta de alforria de Vicentina foi registrada em cartório em 23/01/1875 (APERS – 2º Tabelionato de Porto Alegre, Livro 20 de Registros Gerais, folhas 53v. e 54v).

imaginação histórica ou controlada e também doses de tradução, já que eles devem ser considerados como pertencentes a contextos históricos específicos, mas vão servir para responder perguntas advindas da contemporaneidade.

Na lista acima, de 1872, percebemos que aquela família de escravizados é descrita por *cores* diferentes. Maria e seu primogênito Benedito são apontados como *pretos*, já Paulino e sua irmã Vicentina recebem a qualidade de *pardos*. Maria aparece como solteira e todos os seus três filhos são descritos como *filhos naturais*, portanto, ela não se casou na igreja católica. Podemos discutir eternamente sobre os significados e os *silêncios* ou *ruídos* das cores no Brasil oitocentista (MATTOS, 1995; PAIVA, 2012; ROSA, 2014; MATHEUS, 2016; VIANA, 2007) ou mesmo em períodos anteriores ou posteriores. As cores possuem significado, elas hierarquizam e manifestam as diferenças, localizando socialmente os indivíduos e suas famílias (e às vezes dão pistas sobre aqueles que registram os indícios étnico-raciais). As cores podem também explicitar miscigenações, mas não podem ser subsumidas a uma classificação epidérmica. O silêncio e o barulho das cores, a sua aparição ou apagamento, estão também relacionados aos contextos específicos, aos padrões comunitários e aos agentes sociais (párocos, escravizadores, policiais) envolvidos diretamente na produção das fontes. Não podemos estabelecer, por mais que quiséssemos ou precisássemos, um padrão fixo do significado das cores na sociedade brasileira, justamente porque os processos de racialização foram múltiplos e imprescindíveis ao funcionamento das estruturas de desigualdade social e racial vigente, mas também de afirmação étnico-racial.

O que queremos destacar é que alguma diferenciação foi estabelecida naquela descrição dos integrantes daquela escravaria. Uma mesma família cativa foi descrita por dois descritores raciais. Talvez nesse caso, já que se tratava de um núcleo familiar integralmente composto de elementos escravizados, as cores se relacionem mais a questão da paternidade e da geração. Ou seja, supomos que Maria fosse *preta* porque gerada em um ventre africano e que sua *filiação desconhecida* era na verdade uma artimanha hipócrita para esconder que sua mãe foi traficada ilegalmente após a lei de 1831. Ou seja, Maria e sua prole eram, provavelmente, ilegalmente escravizados, como boa parte da população cativa dos oitocentos (CHALHOUB, 2012; MAMIGONIAN, 2017;



RODRIGUES, 2000). Não sabemos quem era o pai de Benedito, mas ele herdou da mãe a cor e o cativo ilegal. Talvez os pardos Paulino e Vicentina fossem irmãos maternos de Benedito, mas de pais diferentes. Não sabemos se houve aí duas diferentes relações consensuais de Maria ou abuso senhorial, mas em várias qualificações eleitorais (gerais e municipais), de 1899 a 1907, Paulino indica apenas a filiação paterna – M. M. de Souza. A abreviatura pode indicar que ele sabia quem era o seu pai, mas que este nunca o reconheceu ou participou efetivamente de sua criação. Possuir uma vinculação paterna talvez fosse encarada como positiva e Paulino tratou de aponta-la, mesmo que fosse derivada de uma ficção genealógica de alguma espécie.

Já o vínculo com a mãe Maria foi constante e duradouro. Ela faleceu em Porto Alegre, ainda solteira e *preta*, em 2 de abril de 1900, ostentando o nome de Maria da Conceição Bastos. Sabemos que esta era a mãe de Paulino, pois ele no dia seguinte publicou no mesmo jornal republicano uma nota de agradecimento ao médico que tratou de sua mãe e a Associação de Beneficência de Porto Alegre:

Agradecimento. Paulino de Souza Bastos e seus filhos agradecem penhorados às pessoas que prestaram seus serviços durante a enfermidade de sua prezada mãe e avó, Maria da Conceição Bastos, falecida ontem; ao ilustrado e humanitário médico dr. Arthur Franco, que foi incansável á cabeceira da enferma, empregando todos os recursos da ciência, afim de salvá-la, à digna *Sociedade de Beneficência Porto-alegrense* que se fez representar por uma comissão nas cerimônias fúnebres; finalmente, agradecem a todas as pessoas que assistiram ao enterramento.¹⁷

Não temos como historicizar a escravaria do casal Alves Bastos, mas as escrituras eclesiásticas apontam a importância fundamental do ventre da crioula Maria, mãe do Paulino. Pela idade que aparece na sua matrícula – 37 anos – ela teria nascido por volta de 1835, ano inicial da guerra civil farroupilha. Talvez tenha nascido fora de Porto Alegre ou pertencesse a outro senhor, mas não encontramos o seu registro de batismo.

Tabela 1 – Filhos da crioula Maria, mãe de Paulino

¹⁷HD/BNRJ - A Federação, 2 de abril de 1900, ano XVII, nº 76, folha 2; A Federação, 3 de abril de 1900, ano XVII, nº 77; A Federação, 10 de julho de 1903, ano XX, nº 160, folhas 2 e 3.



Nome	Batismo	Nascimento	Padrinho & Madrinha
Benedito	01.02.1857	18.10.1856	Norberto Vasques & Maria de Oliveira
Paulino	08.12.1858	16.09.1858	Antônio Bispo & Josefa da Conceição
Cândido	04.05.1861	03.09.1860	Cândido Bezerra & Leocádia da Silva
Vicentina	10.05.1867	28.05.1867	Bernardino Alves Bastos e Maria

Fonte: AHCMPA - Livro de Batismo de Escravos da Paróquia de Nossa Senhora do Rosário, Livro 1, p. 231; Livro 2, p. 3v, 22v e 85.

Dos batismos que encontramos, o *preto* Cândido morreu aos 6 anos de idade, em 06.02.1866, de disenteria. Encontramos mais dois óbitos provavelmente de filhos da escravizada Maria: em 17.08.1862 faleceu Eva, de cor *preta*, com apenas um mês de idade (*de repente*) e em 24.10.1865 morreu a *parda* Maria, com 8 meses de idade, de diarreia. Em nenhum destes óbitos era indicado o nome da mãe, apenas do senhor. Localizamos também os óbitos de duas africanas escravizadas, ambas com 50 anos de idade e solteiras, mas pelas suas idades nos parece pouco provável serem as mães de alguma destas crianças falecidas: em 23.01.1856 morreu a *preta* Teodora, vítima da epidemia do Cólera e em 28.12.1869 faleceu de lesão orgânica no coração a *preta* Miquelina. Isso mostra que a crioula Maria conviveu em seu cotidiano com duas mulheres, que devem tê-la criado, que sentiram na pele o desenraizamento provocado pela escravização e pela passagem compulsória do Atlântico, as quais, pelas suas idades poderiam ser a sua mãe africana.¹⁸

UMA APTIDÃO NATURAL PARA A PINTURA

Em 5 de fevereiro de 1885, Paulino de Souza Bastos, já livre, encaminhou um requerimento ao Presidente da Província, o Conselheiro Dr. José Júlio de Albuquerque Barros, apresentando-se como cidadão brasileiro, oficial de pedreiro, residente em Porto Alegre e que tinha “natural vocação para a arte da pintura, como prova com diversas obras que já expos ao público por ocasião de efetuar-se a quermesse da remissão dos cativos, aqui realizada, tendo oferecido também o retrato à carvão do eminente estadista Visconde do Rio Branco, que ocupou a atenção geral”¹⁹. Paulino, então com 26 anos, pedia a maior

¹⁸CENTRO HISTÓRICO-CULTURAL DA SANTA CASA, 2007.

¹⁹AHRS – Requerimentos, diversos, maço 222.



autoridade pública da província, a sua “valiosa influência” para que o Governo Geral lhe fornecesse um “subsídio com o qual possa frequentar a Academia de Belas Artes na Corte”. O requerente admite que estava sem recursos, sendo este “o único meio de que pode servir-se para tão justo fim”.

Participante ativo do movimento abolicionista local, Paulino acreditou que a sua visibilidade positiva, angariada por sua exposição pública, o tornaria merecedor da graça imperial²⁰. Sabendo que a frequência na Academia de Belas Artes era um pedido um tanto utópico, Paulino se antecipava a uma possível negativa e diz que a sua *natural inclinação* para a pintura poderia ser aproveitada se a autoridade imperial lhe fornecesse:

[...] qualquer auxílio com que possa nesta capital, debaixo da direção de um bom mestre, conseguir a realização de sua justa ambição, sujeitando-se, uma vez habilitado, a desempenhar qualquer comissão de utilidade a Província. [...] Confiado no amor que V. Exa. consagra a nossa querida Pátria, no interesse que vota aos que dela se tem tornado dignos por suas obras e serviços, e sendo reconhecido protetor das artes e ofícios, espera o Suplicante que em qualquer dos dois casos seja atendido.

Provavelmente este requerimento não foi efetivamente escrito por Paulino. A sua assinatura está ali, numa grafia ampla e bem desenhada, apesar de certa irregularidade no desenho, mesmo em um papel pautado com linhas. Não existe menção a ter sido o ofício feito à rogo de Paulino por terceira pessoa, mas com certeza a assinatura foi ali colocada em outro momento da escrita do requerimento. Pelo menos essa é a impressão que nos dá ao lermos o documento. A instituição que Paulino ambicionava frequentar – a Academia Imperial de Belas-Artes – foi fundada em 1820, na Corte, e visava principalmente criar uma imagem positiva da nação, produzindo “monumental pintura histórica destinada a glorificar homens ilustres, batalhas e heróis indígenas idealizados” (VAINFAS, 2002, p. 22). Entretanto, houve casos de pintores negros que frequentaram aquela instituição, como Estevão Roberto da Silva (LIMA, 2000).

A resposta do presidente da província é sumária e encontra-se na margem superior do documento – “Requeira o suplicante para a Assembleia Provincial, querendo. Palácio

²⁰Sobre a campanha abolicionista em Porto Alegre, ver: RAMOS, 2010 e DIHL, 2017.



do Governo em Porto Alegre, 7 de abril de 1885. [assinado] Albuquerque Barros”. Abaixo da resposta, algum funcionário provincial anotou à lápis: - “Requeira o Suplicante a Assembleia Legislativa, querendo”. A redundância da palavra “querendo” parece-nos apontar o pouco prestígio que Paulino tinha nos altos escalões do governo provincial, um apontamento indicativo mesmo de certo pouco caso em levar em consideração aquela demanda feita por aquele jovem negro sem recursos, mas com uma *inclinação natural para a arte da pintura*.

Talvez Paulino tenha calculado mal ao fazer o seu pedido, talvez pensando que a campanha abolicionista estava realmente acima de todos os partidos. Ele destacou em seu requerimento o retrato a carvão que ele desenhou do *eminente estadista Visconde do Rio Branco*, mas desconsiderou que se tratava de um político ligado ao Partido Conservador. Desde pelo menos 1873, o Rio Grande do Sul assistiu a uma persistente e crescente hegemonia do Partido Liberal, que a partir de 1878 (até 1885) ocupa também a presidência da província. Aliás, Albuquerque Barros foi o último presidente da província sulina desse ciclo liberal, sendo substituído em setembro de 1885 pelo vice-presidente conservador Miguel Rodrigues Barcelos (VARGAS, 2007). Talvez se feito alguns meses depois, o requerimento de Paulino podia ter uma resposta favorável.

Em 1880 ou 1881 foi criada a Sociedade Emancipadora Rio Branco, formada por alunos e professores da Escola Militar de Porto Alegre. O nome da sociedade era uma homenagem ao líder do Gabinete nomeado em 07.03.1871, já que durante a sua gestão, o governo aprovou a Lei do Ventre Livre, em 28 de setembro de 1871, que significou um dos primeiros momentos de intervenção estatal nas relações de trabalho (antes esfera essencialmente privatizada), determinando que não nasceriam mais escravos no Brasil. Assim, o Visconde do Rio Branco era um patrimônio político dos conservadores, que todos os anos lembravam da sua importância, jogando no rosto dos liberais não serem eles os responsáveis pela Lei de 1871:

28 de Setembro - esta data nos recorda um nome glorioso que se impôs à admiração dos contemporâneos e às bênçãos da prosperidade. 12 anos completa-se hoje que já não nasce mais um escravo no Brasil, em virtude da lei de 28 de setembro. Foi o imortal Visconde do Rio Branco, chefe do gabinete de 7 de



março, que com os esforços do seu poderoso talento e inquebrantável energia, conseguiu essa página brilhante para nossa legislação.

Hoje mais de 300 mil brasileiros, que a ele devem a liberdade de que usam, entoam hinos graças ao seu libertador!

A causa da emancipação tem tido muitos heróis que a ela se tem dedicado com o maior empenho; dois, porém, excedem em grandeza a todos os outros: Abraão Lincoln na América do Norte, e na América do Sul, o glorioso Visconde do Rio Branco.²¹

A frustração que Paulino deve ter sentido com o pouco caso do liberal que então ocupava a presidência da província, a respeito de seu pedido de auxílio para aperfeiçoar seu talento para a pintura, não parece ter durado muito. Aliás, tratando-se de um homem negro pobre, recém egresso do cativo, a frustração não podia, de forma alguma, levar ao imobilismo, já que o seu sustento e de sua família dependiam da continuidade de suas atividades laborais. Portanto, às 17 horas do dia 14 de agosto de 1886, o *preto* Paulino, de 25 anos de idade, filho natural de Maria da Conceição, natural desta cidade, casou na Igreja do Menino Deus, com a *parda* de 22 anos de idade, Isidora da Silva, filha natural de Tereza Rosa Veloso, natural desta província. Foram testemunhas Alfredo Schutts e o Doutor Arsênio Gonçalves. Nesse registro consta uma assinatura de Paulino bem diferente daquela do requerimento, com apenas o prenome escrito ou desenhado. Sua esposa também era analfabeta e assinou a rogo por ela uma parente ou esposa do seu padrinho, Clara Schutt.²²

A testemunha do casamento de Paulino e Isidora, o Doutor Arsênio Gonçalves Marques, foi deputado provincial, de 1883 a 1886 e quando da confecção da lista de qualificação eleitoral de 1880, da Paróquia do Rosário, ele tinha 32 anos, casado²³, ignorava-se a sua filiação, morava na rua da Conceição e tinha uma renda estimada de 4 contos de réis:²⁴

Arsenio Gonçalves Marques formou-se em 1869 [...] na Faculdade de Direito de São Paulo, e atuou como Juiz de Órfãos Substituto entre os anos de 1875 e 1877, tendo decidido em 34 ações de tutela. Antes de ingressar no Juízo dos Órfãos,

²¹MCSHJC - O Conservador, nº 215, ano V, 28.09.83, folha 1.

²²AHCMPA - Livro de Casamentos da Paróquia do Menino Deus, folha 19v.

²³ Em 1871 ele casou com Maria Cândida Pacheco (AHCMPA – Habilitação Matrimonial - Ano: 1871, caixa: 22, nº 272).

²⁴AHRS - Lista Geral dos cidadãos qualificados votantes da Paróquia de Nossa Senhora do Rosário da cidade de Porto Alegre em o ano de 1880.



havia sido Promotor Público, em 1871, e Juiz Substituto do Juiz de Provedoria, em 1875; ao terminar sua atividade no Juizado de Órfãos de Porto Alegre, apareceu, em 1882, como escrivão da Mesa da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre. Depois disso, não conseguimos localizá-lo em Porto Alegre ou no restante da Província/Estado. Arsenio mudara-se para Curitiba, no Paraná, e entrara, em 1890, com um requerimento junto ao governo daquele Estado para prover o abastecimento de água potável daquela cidade (CARDOZO, 2015, p. 234).

Ou seja, quando testemunhou o casamento de Paulino e Isidora, em 1886, o Doutor Arsênio estava envolvido ainda nas atividades de deputado provincial, mas não sabemos a qual partido estava ligado. Ao buscarmos informações sobre este doutor Arsênio, encontramos nos cartórios de Porto Alegre, vários documentos com o seu nome. Na maioria desses documentos, ele aparece concedendo Alvarás de Liberdade a escravizados, enquanto juiz substituto da vara de órfãos:

Tabela 2 - Alvarás de Liberdade do Doutor Arsênio Gonçalves Marques:

Nome	Dados	Data	Condições
Eusébio	Crioulo, menor	30.05.76	300\$ da sua mãe, a preta forra Esperança;
Eulália	Parda	27.06.76	800\$ da sua mãe Lucinda Maria do Espírito Santo
Adão	Preta	07.07.76	600\$ pelo escravo (quantia depositada “há muito” em poder da inventariante, Joaquina Maria do Nascimento)



Policarpo	Parda, 54 anos	02.08.76	600\$ pelo escravo;
Eva		30.04.77	700\$ pela escrava, de 700\$
Marcelino	Preta, 21 anos pedreiro	17.09.77	1:200\$ de José Francisco dos Santos Pinto Júnior;

Fonte: APERS – 1º Tabelionato de POA, Registros Diversos nº 23, folha 173v (03/06/76), 179v (27.06.76), folha 193v (02.08.76), folha 201 (21.08.76); Registros Diversos nº 24, folha 101 (02/05/77), folha 164 (20/09/77).

Todos os casos acima se referem as disposições do artigo 4º da lei nº 2040, de 28 de setembro de 1871, que determinava que os escravizados poderiam formar economias (pecúlios), “com o que lhes provier de doações, legados e heranças, e com o que, por consentimento do senhor, obtiver do seu trabalho e economias”. Caso através de seu pecúlio, o escravizado ou escravizada obtivesse “meios para indenização de seu valor” teria direito a reivindicar a alforria – “Se a indenização não for fixada por acordo, o será por arbitramento. Nas vendas judiciais ou nos inventários o preço da alforria será o da avaliação”. Como se sabe, muitas vezes, nos inventários post-mortem, os bens eram avaliados abaixo de seu preço de mercado, visando um menor pagamento de impostos ao governo (as Taxas de Heranças e Legados). Alguns desses *bens*, entretanto, permaneciam atentos ao preço de suas avaliações, esperando uma oportunidade para apresentar o pecúlio duramente acumulado. Nesses momentos, era importante a mediação dos juízes de órfãos, não raras vezes fazendo a intermediação entre os escravizados (e seus parentes) e os herdeiros dos senhores falecidos. Notamos acima, que duas mães já forras (Esperança e Lucinda), conseguiram aproveitar o *triste* momento do falecimento senhorial para (re)unir as suas famílias, ou ao menos parte delas.²⁵

Toda esta tergiversação em torno do Doutor Arsênio é fruto da frustração de vê-lo testemunhando o casório de Paulino, sem que tenhamos ideia dos fatores que uniam ou

²⁵Encontramos duas cartas de alforria passadas pelo Doutor Arsênio para seus escravizados, sendo uma delas justamente de uma ação de arbitramento proposto pela parda Vitalina. Vitalina depositou na Tesouraria da Fazenda a quantia de 600 mil réis e pediu para que o seu preço fosse arbitrado, provavelmente à revelia do senhor. Ela então foi avaliada em um conto de réis, sendo o restante (400 mil réis) pago por Luiz Pereira Marques Filho, provavelmente como um empréstimo a aquela mulher escravizada ou um adiantamento, que ela pagaria através de seus préstimos laborais. Recebendo o conto de réis arbitrado, o Doutor Arsênio *concedeu* a alforria a sua escravizada, em 14.08.1877. Em 30.11.1874 o Doutor Arsênio e sua esposa alforriaram condicionalmente a preta Esperança, de 40 anos de idade, com a condição de servi-los gratuitamente mais 3 anos. (APERS – 1º Tabelionato de Porto Alegre, Registros Diversos nº 24, folha 169, 13.10.1877; e Registros Diversos nº 23, folha 13v, 11.12.74).

aproximavam aqueles sujeitos, social e racialmente tão díspares²⁶. Como não encontramos a carta de alforria do escravizado Paulino (nem de seu irmão Benedito), quem sabe não vem daí a aproximação entre eles. O Dr. Arsênio pode ter usado de suas habilidades de negociação e pressão enquanto advogado e juiz de órfãos, para obter da família senhorial de Paulino a sua alforria, não sabemos com que condições, se gratuitamente ou com algum ônus. Os Alvarás de Liberdade emitidos pelo advogado Arsênio, podem indicar que ele fosse simpático a abolição da escravatura, defendendo a ação do governo imperial como meio de garantir uma transição pacífica e ordeira, mantendo a direção do movimento nas mãos de sujeitos brancos, senhores de escravos, políticos e burocratas.²⁷

A cor de Paulino apareceu pela última vez no registro de seu casamento. Era pardo no inventário de sua família e casou *preto*. Não podemos deixar de pensar que a questão da cor dos indivíduos, mesmo que seja uma referência importantíssima, carrega um certo caráter aleatório ou pelo menos imprevisível. Um fator dialógico pode ter ali exercido papel, já que a possível presença na cerimônia da *preta* Maria da Conceição, mãe de Paulino, pode ter feito o padre anotar a sua cor por *tabela* com a de sua progenitora. Mas o casamento não durou muitos anos. Identificada quando seu óbito como *parda*, Isidora de Souza Bastos morreu aos 28 anos de idade, de tubérculos pulmonares, em novembro de 1891, sendo conduzida à mão e enterrada no cemitério entremuros em 17.11.1891.²⁸ O cruzamento de documentos produzidos com pequenos lapsos de tempo de diferença, nos mostra o dinamismo das práticas de nomeação e as diferenças entre nomes comunitários e familiares e no papel (WEIMER, 2015). A falecida foi chamada de Isidora de Souza Bastos no jornal republicano A Federação (mostrando a importância político-

²⁶Em 1877 morreu Maria Olímpia, com apenas 20 meses de idade, de gastroenterocolite, e em 1882 morreu o inocente Francisco, de apenas 6 anos, de tifo. No registro do óbito de ambos, o pai foi identificado com a insígnia de prestígio de Doutor Arsênio e a cor dos rebentos foi anotada como sendo *branca* (CHC / SCMPA – Livro de óbitos de livres nº 13 e 17).

²⁷Encontramos também alguns documentos em que o Doutor Arsênio aparece intermediando requerimentos e ofícios de indivíduos egressos do cativo. Por exemplo, em 16.04.1888, ele escreveu ao Juiz de Direito da 1ª Vara, à rogo da *preta* Eugênia, comunicando a morte do filho da mesma, Cipião, em 02.08.1886, solteiro e abintestado (APERS - 2º Cartório Civil, maço 17, nº 532).

²⁸HD/BNRJ – Jornal A Federação, nº 266, 18/11/91; CHC-SCMPA - Livro nº 19 de óbitos de pessoas livres.



partidária do casal), de Isidora Bastos na Santa Casa de Misericórdia (já que se tratava de uma mulher negra pobre, enterrada conforme as suas parcas posses) e de Isidora Silva no documento judiciário de seu inventário (demonstrativo de um certo descaso da burocracia judiciária com alguém sem bens a legar).²⁹

No inventário post-mortem montado, consta que o casal tinha apenas uma filha, Paulina, uma homenagem nominativa a figura paterna, então com 2 anos de idade. Quanto aos bens, aquela falta de recursos exposta ao presente da província em 1886 persistia. O viúvo, oficial de pedreiro, informou ao juiz que na ocasião do falecimento de sua esposa, “não possuíam bens de natureza alguma, tendo sido preciso recorrer a alguns para conseguir os recursos necessários afim de fazer-se o sepultamento da finada, quantias essas, que o suplicante já pagou com seu trabalho”. O inventário post-mortem de Isidora terminou sem levantamento de bens ou descrição de dívidas. Como sabia caber a um homem negro como ele, agora responsável pela criação de uma filha de apenas 2 anos, Paulino honrou o pagamento das despesas com o funeral de sua esposa e seguiu a vida. Provavelmente sua filha Paulina, tão cedo órfã de mãe, pôde contar com o afeto de sua avó Maria da Conceição, pelo menos por alguns anos, além da tia Vicentina.

Este personagem afro-diaspórico que estamos perseguindo, viveu um cotidiano permeado de “contingências, indeterminações e precariedades” (ROCHA; DOMINGUES; FLORES, 2019, p. 106). Em 1902 ele comprou de Cândido Antônio Lopes um terreno, na rua dos Venezianos, na freguesia de Nossa Senhora do Rosário, onde edificou algumas casas, provavelmente habitações populares que ele alugava.³⁰ Segundo o título de compra e venda apresentado, o terreno tinha 38 palmos de frente e 250 palmos de frente ao fundo, custando 300 mil réis, quantia que Paulino pagou em parcelas. A vida de proprietário e locador de imóveis (ou quartos) populares foi procurada

²⁹APERS – 3º Cartório do Juizado de Órfãos de Porto Alegre, Inventário nº 292, 895, falecida: Isidora da Silva, inventariante: Paulino de Souza Bastos.

³⁰APERS – 2º Cartório do Civil, Superior Tribunal do Estado, auto 185, Apelante: Paulino de Souza Bastos, apelados: Santo Ciulli e sua mulher, 1907. Em 1909, por exemplo, foi descontada dos vencimentos da professora Clara Moreira Vieira, da 48ª escola da capital, a quantia relativa as cotas recebidas por ela nos meses de abril a maio últimos, “para aluguel e cujo pagamento não satisfez aquele cidadão [Paulino de Souza Bastos], proprietário do prédio onde funcionava aquela escola”. Provavelmente essa escola funcionou em um dos prédios da Venezianos (HD/BNRJ - A Federação, nº 95, 24/04/09).

por Paulino como uma estratégia para obter estabilidade através de uma fonte segura de rendimentos. Além disso, tornar-se proprietário de imóveis reforçava a sua imagem de cidadão, numa luta capilar e constante contra os estigmas da cor. Mas isso inevitavelmente não estava isento de problemas e resistências, que muitas vezes não vinham da polícia ou de órgãos públicos, mas de vizinhos descontentes com aquela negra presença ao lado.

Em 1902 foi o vizinho Francisco Pinto de Leão que derrubou uma cerca que estava sendo feita, ameaçando Paulino com uma espingarda. Paulino, ao contrário de seu vizinho, agiu civilizadamente, certamente sabendo que estava com a razão naquele pleito. Foi queixar-se à polícia, dizendo ser operário e chefe de família.³¹ Poucos anos depois, em 1907, Paulino recorreu a justiça contra seu vizinho Santo Ciuli, que ao edificar um prédio contíguo, derrubou um muro que separava os terrenos e invadiu a propriedade do suplicante. Ele nomeou como procuradores os advogados José Soares Júnior e Alcides Flores Soares, os quais dividiam com Timóteo Pereira da Rosa um escritório de advocacia na rua General Câmara. Alcides era filho de José Soares Júnior e formou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo, assim como Timóteo. Os três eram ligados ao Partido Republicano Rio-grandense, portanto correligionários de Paulino de Souza Bastos, sendo que Timóteo foi deputado por este partido, de 1913 a 1916.³²

Em 04.09.1907 Paulino apresentou seis testemunhas que depuseram a seu favor. Todas as testemunhas eram alfabetizadas e confirmaram veementemente a razão de Paulino naquele pleito. Eram elas: o farmacêutico Cristiano Felipe Fischer, o carpinteiro Teodoro Augusto Ferreira, o ferreiro Olavo José da Silva e o médico Eleutério Ferreira

³¹Paulino, morador à rua João Alfredo nº 214, comunicou ao senhor Ulysses de Carvalho, delegado judiciário da 2ª circunscrição, que Francisco Pinto Leão, morador à rua Venezianos nº 4, tentou agredi-lo, armado com uma espingarda. Não sabemos exatamente como ocorreu o ato de violência, mas o juiz enquadrou o réu no artigo 180 do Código Penal, que trata de “privar alguém de sua liberdade pessoal”, mas talvez em razão de acertos privados entre as partes, o processo foi arquivado em agosto de 1903 (HD/BNRJ - A Federação, nº 254 - 31/10/02; nº 193, 19/08/03; A Federação, nº 195, 21/08/03).

³²Soares Júnior casou em 1871 com Júlia Thompson Flores e foi vice-presidente da Sociedade Filarmônica Porto-alegrense em 1893. Ele faleceu em janeiro de 1911. Paulino na Floresta Aurora e Soares Júnior na Filarmônica Porto-alegrense indica que ambos tinham o gosto pela música, provavelmente tocavam algum instrumento e apreciavam a companhia de outros apreciadores desta arte (BOHRER, 2014, p. 152; AHCMPA – Habilitação matrimonial, ano: 1871, caixa: 279, nº 274; FRANCO, 2010, p. 184; HD/BNRJ - A Federação, 08.02.1893, Ano X, nº 32 / A Federação, 23.01.1911m ano XXVIII, nº 20).



Neves. Pelo menos Teodoro e Olavo eram parceiros de Paulino na Beneficência Porto-alegrense. Ofendido em seus direitos e tendo junto a si crianças e jovens, Paulino se desviou de contendas violentas e tomou caminhos que o levaram a procurar auxílio na polícia e na justiça, normalmente instâncias as quais egressos do cativo como ele mantinham respeitoso distanciamento³³. No arrolamento das testemunhas e nas estratégias legais manejadas, não se percebe qualquer vestígio de anomia social, mas um indivíduo entrelaçado em redes políticas, de amizade e vizinhança, que poderiam potencialmente ajuda-lo (e efetivamente ajudaram) em eventuais pleitos com vizinhos brancos. Se o seu oponente portava um sobrenome europeu (Ciuli, provavelmente italiano), ele chamou em seu apoio um Fischer (sobrenome alemão), além de um doutor em medicina.

Não sabemos quantos anos Paulino de Souza bastos viveu enlutado pela morte de Isidora, mas alguns anos depois ele se amasiou, sendo novamente seus afetos dirigidos a uma mulher egressa do cativo, como ele. Em 7 de novembro de 1898, Paulino fez um registro civil, declarando:

[...] que a mulher solteira de nome Maria Luiza Felisberta, deste Estado, preta, de serviços domésticos e com quem convive, deu a luz a uma criança de cor parda, do sexo masculino, filho ilegítimo que se chama Felisberto, nascido a 4 do corrente mês, às 6 horas da tarde, a rua Venezianos, 2, 2º distrito, onde residem os pais. Avós paternos, ele ignorado e ela Dona Maria da Conceição Bastos. Maternos: ambos ignorados.³⁴

Em 10 de outubro de 1906 o pedreiro *parda* Paulino compareceu no registro civil e registrou o nascimento de seu filho César, nascido dois dias atrás. A criança, de cor *parda*, era filha da *preta* Maria Luiza Felisberta, mulher solteira que com quem ele convivia, trabalhadora do serviço doméstico. O filho ilegítimo de Paulino e Maria Luiza

³³Paulino tinha consciência de que sua situação social era frágil, principalmente tendo em conta a sua inserção racial. Ele sabia que não podia correr riscos, já que numa sociedade racista, não-brancos como ele eram vulneráveis a acusações ou suspeitas. Por isso, condutas preventivas são necessárias e recomendáveis. Em 18.12.1895, por exemplo, Paulino entregou ao Major José Andrade, subintendente do 4º distrito de Porto Alegre, “uma pua que tinha comprado a Luiz Afonso Nogueira, por verificar que este objeto havia sido furtado pelo vendedor, a Fernando Rola. A referida autoridade já comunicou ao dono da pua, que esta se acha em seu poder à sua disposição” (HD/BNRJ - A Federação, nº 297, 19/12/95).

³⁴APERS – 2º Cartório do Civil e Comércio de Porto Alegre, auto 6806, falecido: Paulino de Souza Bastos, inventariante: Paulina Bastos Ferreira.



nasceu na casa habitada pelo casal, às 10 horas da noite, no prédio a rua João Alfredo, nº 214. Os dados são fornecidos por Paulino e ele informa apenas o nome da avó paterna. Quanto aos avós maternos, ambos eram desconhecidos. Naquela mesma rua da João Alfredo, mas no nº 296, faleceu Maria Luiza Felisberta, às 3:30 horas da madrugada, em 26 de novembro de 1913. Ela foi registrada como de pais ignorados, cor *preta*, solteira e com 38 anos de idade.

Novamente Paulino fica responsável por crianças pequenas, mas agora ele pelo menos podia contar com a ajuda da filha Paulina, que deve ter auxiliado na criação de seus meios-irmãos. Pela idade de Maria Luiza Felisberta ela nasceu já de ventre livre, após a lei de 28 de setembro de 1871. Mesmo que conste que seus pais eram ignorados, o sobrenome Felisberta deve remeter a alguma genealogia, a qual ela dava valor suficiente para usá-la como referência nominal. Segundo o historiador Rodrigo Weimer, as práticas de nomeação eram “objetos de transmissão inter-geracional, especialmente aqueles dos pais, avós e padrinhos, mas também tios e tias” (WEIMER, 2007, p. 207). Notemos que o primogênito do casal Maria Luiza e Paulino recebeu o nome como uma homenagem a um ancestral materno, pois chamava-se Felisberto.

Paulino viu seus filhos crescerem, já que teve uma vida longa. Quem registrou o seu atestado de óbito, passado pelo Doutor Heredia, foi justamente o filho Felisberto, talvez assumindo a responsabilidade de filho homem mais velho. Paulino ali consta com 77 anos de idade, mas como ele nasceu em 1858, teria uns 68. Ele é descrito (não sabemos se unicamente por seu filho ou em consenso com a autoridade cartorial) como de cor mista, nascido neste estado, pedreiro e viúvo de Isidora Bastos. A morte ocorreu em 29 de junho de 1926, às 17 horas da tarde, com a noite já se anunciando, na rua dos Venezianos, nº 36, no 2º distrito de Porto Alegre.

Desde que o nome da rua dos Venezianos apareceu nesta pesquisa, seu nome nos remeteu a atual Travessa dos Venezianos, logradouro localizado na Cidade Baixa e um ponto especial do patrimônio histórico local. Trata-se de 17 casas populares atualmente tombadas, localizadas entre as ruas Lopo Gonçalves e Joaquim Nabuco (SAPIEZINSKAS, 2004) e talvez o pedreiro negro Paulino de Souza Bastos tenha sido um dos primeiros a construir ali habitações populares, contando com a população egressa



do cativo que naqueles territórios residiam e trabalhavam (GERMANO, 1999; KERSTING, 1998).

Pode parecer um tanto sádico, mas aos historiadores cai muito bem quanto ocorrem atritos durante o percurso dos inventários. Brigas entre herdeiros costumam ser muito lucrativas historiograficamente para os pesquisadores. Ali afloram xingamentos genealógicos e disputas patrimoniais, mágoas, memórias divergentes. As relações familiares afetam inexoravelmente os seus integrantes, sendo fontes de sentimentos diversos. Felisberto foi quem registrou o falecimento de seu pai Paulino, mas foi a primogênita Paulina que deu início ao inventário de seus bens. Paulina casou no sábado, 28.12.1907, com Francisco Xavier Ferreira³⁵ e no momento do inventário de seu pai tinha ao seu lado os filhos Elda Bastos Hansen (viúva de Carlos Hansen) e Vicentina Souza Bastos (solteira, maior). Ela também listou os seus meio-irmãos como herdeiros: Felisberto Souza Bastos (casado com Maria da Gloria Silva Bastos) e Cezar Souza Bastos (casado com Hilda de Oliveira Bastos), todos residentes nesta capital.

César e Felisberto estudaram no Instituto Técnico Profissional, ligado a escola de Engenharia de Porto Alegre, depois denominado Instituto Parobé (ALVES, 2008). Quando do alistamento eleitoral federal de 1924, Felisberto aparece com 26 anos, solteiro, alfaiate, tendo provado sua “maioridade, certidão de nascimento, renda e residência, recibos do prédio nº 36, da rua Venezianos”.³⁶ Segundo o inventário post-mortem conduzido por Paulina, seu pai legou aos filhos e netos “dois prédios contíguos, à rua Venezianos, nesta cidade, de números 364 e 368, com o terreno respectivo, medindo 7 metros de frente por 63 de extensão até os fundos, intestando, respectivamente, à direita, esquerda e aos fundos com propriedades dos herdeiros de Mariano Brito, Felipe Paulunichau e da Sociedade Beneficência”. A herança seria onerada com os honorários médicos do Dr. Isidro Heredia, que somavam 2 contos de réis, de janeiro/1925 ao falecimento. Os atritos entre os meio-irmãos começam a aflorar quando Paulina reivindica a devolução da chave do prédio 368 da rua Venezianos, que estava em poder

³⁵HD/BNRJ - A Federação, 13.12.1907 – ano XXIV, nº 290.

³⁶HD/BNRJ - A Federação, ano: XLI, nº 93, 19.04.1924; ALVES, 2008.



dos herdeiros Felisberto e Cesar. Em agosto de 1927, ela defende que era a única filha legítima do falecido, não tendo os demais direito a herança e apresenta o comprovante do seu registro civil - cor parda, filha legítima de Paulino e Isidra – de 08.05.1889.

Cinco anos depois, os herdeiros Felisberto e Cesar protestam por ter o inventário ficado parado e declaram que Paulina, que morava na Rua Ângelo Barcelos, na Vila João Pessoa, na primeira casa da Estada de Mato Grosso (atual Bento Gonçalves), usufruía ilegalmente dos rendimentos das casas legadas. Eles advogam que eram filhos naturais, mas reconhecidos pelo falecido Paulino, o qual *compareceu pessoalmente* ao Cartório do registro Civil e reconheceu os dois (o artigo 1605 do Código Civil, para os efeitos de sucessão, equiparava os filhos legítimos aos legitimados, os naturais reconhecidos e os adotivos). Os ditos filhos *bastardos* - Felisberto e Cesar -, ainda comprovam o alegado apresentando dois atestados, um de 1898 e outro de 1906, em que Paulino pessoalmente registra o nascimento de seus filhos ilegítimos e reconhece a paternidade dos mesmos.

Quando tudo parecia se encaminhar para uma equânime resolução jurídica, o juiz estranhou que Paulino assinara o termo de nascimento de Cesar (1906) e no de Felisberto (1898) constava que ele não sabia escrever. A alegação dos dois herdeiros naturais dialoga bastante com a questão da participação política e da cidadania entre os egressos do cativeiro, mesmo os iletrados:

Paulino de Souza Bastos lia mal e não sabia escrever, portanto quando deu a registro o nascimento dos requerentes, assinaram a seu rogo. Posteriormente, desejando ser eleitor, o que conseguiu, tendo votado, muitas vezes, como o Partido Republicano, como podem atestar os drs. Henrique Pereira Neto, Cristiano Felipe Fischer, Carlos Leite e todos os antigos funcionários da Prefeitura Municipal desta Cidade, conseguiu assinar o seu nome, não com perfeição, pode-se mesmo dizer melhor que desenhava o seu nome.

Estabelecendo uma certa cronologia político-eleitoral da vida de Paulino, de acordo com estes pequenos registros das memórias de seus filhos Cesar e Felisberto, podemos conjecturar que foi posterior a 1898 que este homem negro aspirou participar da cidadania política tornando-se eleitor. Naquele ano solidificava-se o poder republicano no estado, com a posse de Júlio Prates de Castilhos, do Partido Republicano Rio-grandense, em 1893, e depois com o fim da Guerra Civil Federalista, em 1895. Além

disso, tomava posse na Intendência de Porto Alegre, no ano anterior (1897), o engenheiro José Montauray, escolha pessoal de Júlio de Castilhos, consolidando o poder republicano também na esfera da capital administrativa do estado. Demonstrando ter ficado satisfeito com o alegado, o juiz, em 24.06.1933, destituiu Paulina de inventariante dos bens de seu pai.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De quantos lutos este artigo trata? Começamos com o enterro do juiz Aurélio Júnior, mas percebemos que a vida de Paulino de Souza Bastos acumulou perdas de diversos tipos. Não sabemos, por exemplo, o destino de seu irmão Benedito. Terá morrido ainda escravizado, mudou-se de Porto Alegre? A irmã Vicentina morreu de varíola confluyente em 1892, ostentando o sobrenome materno Conceição e não o dos ex-senhores. Ela foi descrita como *parda*, com 24 anos, solteira e natural deste estado. Seu corpo foi conduzido à mão para o cemitério, assim como o da falecida esposa de Paulino, Isidora, no ano anterior, e enterrado em 25.06.1892.³⁷

Através das relações de eleitores gerais, percebemos como Paulino de Souza Bastos transitou em diferentes esferas dos mundos do trabalho urbano. Em todas as qualificações eleitorais que tivemos acesso, ele aparece como casado (mesmo após a morte de Isidora) e filho de M. M. de Souza. Talvez ele considerasse que a cidadania política exigisse um estado civil e uma paternidade oficial e tenha explicitado ou ficcionalizado essas variáveis, driblando o amasiamento com a *preta* Maria Luiza Felisberta e a filiação paterna desconhecida, que apareceu em vários documentos, principalmente eclesiásticos. Em 1895 ele aparece como açougueiro, de 1899 a 1907 ele aparece como ocupado em agências, sendo que, como vimos, em 1902 ele adquiriu terrenos na rua dos Venezianos e edificou algumas casas.³⁸ Talvez o termo agência tenha a ver com a pluralidade de fontes de renda que Paulino tinha no período, sendo ainda

³⁷CHC-SCMPA - Livro nº 19 de óbitos de pessoas livres, registro 40916.

³⁸HD/BNRJ – A Federação, nº 130, 04/06/95; nº 134, 08/06/95; nº 160, 15/06/99; nº 130, 04/06/95; nº 134, 08/06/95; nº 147, 17/06/1900; nº 132 - 06/06/1901; nº 172, 26/06/1902; nº 139, 19/06/03; nº 69, 23/03/04; nº 100, 30/04/04; nº 140, 15/06/07.

difícil de aceitar que ele tenha abandonado o ofício de pedreiro, profissão lucrativa em uma cidade em crescimento como Porto Alegre. De qualquer forma, não podemos evitar a coincidência em pensar nas agências profissionais necessárias para que Paulino e sua família se mantivessem, e as agências sociais que os historiadores tem valorizado nos últimos anos, principalmente nas trajetórias de trabalhadores e trabalhadoras egressas do cativo.

Paulino de Souza Bastos nasceu do ventre de uma mulher escravizada, herdando dela, além do afeto, a condição jurídica de cativo. Sua mãe, Maria, nasceu em solo brasileiro por volta de 1835 ou 1836, quando os canhões da guerra civil farroupilha começavam a espocar e as elites meridionais se envolviam em um conflito que durou dez anos. Óbvio que aqueles destemidos fazendeiros e negociantes arriscaram bens e as suas próprias vidas e também seus patrimônios, mas quem sofreu mais duramente o impacto da guerra, como sempre, foram as categorias subalternizadas, destacando-se aí os negros, escravizados, forros e livres (CARVALHO, 2013; GUAZZELLI, 2013; LEITMAN, 1997 e 1979; RIBEIRO, 2009; SOUZA, 2008). A crioula Maria era descrita como filha de pais desconhecidos e isso pode muito bem ter sido um subterfúgio para seus senhores escamotear que sua mãe era uma africana trazida escravizada após a lei de 1831. Se a nossa plausível hipótese está correta, então Maria e os seus filhos viveram em um cativo não só imoral como ilegal, sendo merecedores, portanto, de vultosa reparação, o que nunca receberam. Maria deve ter passado uma infância permeada pela carestia, vivendo em uma cidade que permaneceu do lado do império, mas constantemente sitiada pelos farroupilhas. Sua primeira vitória foi ter *vingado*, sobrevivendo a elevadíssima mortalidade infantil do período, tanto de escravizados como de livres. Paulino deve ter percebido, desde cedo, que sua mãe Maria pouco tempo tinha para ele. Maria ocupava-se do serviço doméstico da residência e casa de negócio dos Alves Bastos, o que incluía o atendimento aos filhos dos senhores. Isso não implica uma infância desassistida de afeto familiar, já que provavelmente as duas africanas que também habitavam a casa senhorial tenham compartilhado com a crioula Maria o seu cuidado e de seus irmãos. Talvez uma delas fosse a sua avó. Como diz Kabengele Munanga (2016, p. 13) os pertencimentos identitários não foram (e não são) construídos isoladamente.



A valorização da trajetória de um iletrado não é um desvio ou uma desconsideração aos estudos da imprensa e da intelectualidade negra³⁹. Trata-se justamente de pensar o público que lia (mesmo que através de uma leitura delegada) estes jornais, que ajudavam na manutenção destes periódicos e clubes, que com suas ações políticas e agências lúdicas tensionavam a desigual estrutura social e racial brasileira. Mesmo que o seu senhor-moço fosse professor, isso não significou ou facilitou o acesso às letras daquele jovem escravizado.⁴⁰ Mas mesmo que a palavra escrita não fosse o forte de Paulino de Souza Bastos, ele estava longe de ser um alienado da cultura letrada. Suas ações mostram um processo ininterrupto de aprendizado político de como lidar com os limites que aquelas estruturas sociais e raciais lhe impunham. Se a educação foi uma iniciativa constante entre os clubes e jornais negros, certamente ele teve a quem delegar a escrita e a leitura de documentos, dentro de suas próprias comunidades étnico-raciais, ou em aliados do seu universo associativo (laico e religioso). Mas aos seus filhos ele legou educação, provendo-lhes de uma arma essencial na sobrevivência naquela sociedade cada vez mais preconceituosa (SILVA, 2018; CUNHA, 2002). Dialogando com Du Bois, Homi Bhabha (1998, p. 351) trata da sabedoria que vem dos indivíduos que:

[...] presenciaram o pesadelo do racismo e da opressão na luz banal do dia-a-dia. Eles representam uma ideia de ação e agência mais complexa do que o niilismo do desespero ou a utopia do progresso. Eles falam da realidade da sobrevivência e da negociação, que constitui o momento da resistência, sua tristeza e sua salvação, mas que é raramente mencionada nos heroísmos ou nos horrores da história.

³⁹SILVA, 2018; FERREIRA, 2018; SANTOS, 2003.

⁴⁰ Bernardino Bastos nasceu em 09.11.1853, sendo batizado exatamente um mês depois, na paróquia de Nossa Senhora do Rosário, em Porto Alegre. Pela lista eleitoral da Paróquia do Rosário, de 1880, sabemos que ele morava no 4º quarteirão do 4º distrito paroquial, mas mudou-se para a cidade portuária de Rio Grande. Dois anos depois, encontramos o ex-senhor moço de Paulino como professor interino da 4ª cadeira de meninos daquele município, na freguesia de Nossa Senhora das Necessidades, na localidade de Porto Novo (AHRS – A.7.15 - Relatório do Presidente da Província Dr. Joaquim Pedro Soares, em 27.02.1882. Porto Alegre, Tipografia do Conservador, 1882; Fundo Eleições - Lista Geral dos cidadãos qualificados votantes da Paróquia de Nossa Senhora do Rosário da cidade de Porto Alegre em o ano de 1880; AHCMPA - Livro de Batismos da Paróquia de Nossa Senhora do Rosário, folha 173).



ABREVIATURAS

APERS – Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul
AHCMPA – Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre
AHRS – Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul
CHC-SCMPA - Centro Histórico-Cultural Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre
HD/BNRJ – Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro
MCSHJC – Museu de Comunicação Social Hypólito da Costa

BIBLIOGRAFIA BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Vinicius Furquim; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. *Os pardos da Imaculada: Trajetórias e agências negras na irmandade de Nossa Senhora da Conceição de Porto Alegre (século XIX)*. *MÉTIS (UCS)*. V.16, p.141 - 172, 2017.
- ALVES, Leonice Aparecida de Fátima. *Estado, educação e modernização agrária. O papel da Escola de Engenharia de Porto Alegre (1889-1930)*. Tese (Doutorado em História) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2008.
- BERLIN, Ira. *Gerações do cativo*. Rio de Janeiro: Record, 2006.
- BHABHA, Homi. *O local da cultura*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 1998.
- BOHRER, Felipe Rodrigues. *A música na cadência da história: raça, classe e cultura em Porto Alegre no pós-abolição*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul/ PPGH, Porto Alegre, 2014.
- BUTLER, Judith. *Quadros de Guerra. Quando a vida é passível de luto?* 4ª edição. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2018.
- CARDOZO, José Carlos da Silva. “Como se fosse meu filho”? As crianças e suas famílias no juízo dos órfãos de Porto Alegre (1860-1899). Tese (Doutorado em história) – Universidade do vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2015.
- CARVALHO, Daniela Vallandro de. *Fronteiras da Liberdade. Experiências Negras de Recrutamento, Guerra e Escravidão: Rio Grande de São Pedro, c. 1835-1850*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013.
- CARVALHO, José Murilo de. Dimensiones de la Ciudadanía em el Brasil del Siglo XIX. In: SABATO, Hilda. *Ciudadania Política y Formacion de las Naciones*. Prespectivas Políticas de América Latina. México, Fondo de Cultura Economica, 1997.



CENTRO HISTÓRICO-CULTURAL DA SANTA CASA. *Africanos na Santa Casa de Porto Alegre; óbitos dos escravos sepultados no cemitério da Santa Casa (1850-1885)*. Porto Alegre, EST, 2007.

CHALHOUB, Sidney. *A Força da Escravidão*. Ilegalidade e costume no Brasil Oitocentista. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade*. Uma História das Últimas Décadas da Escravidão na Corte. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.

CHALHOUB, Sidney; SILVA, Fernando Teixeira. “Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980”, *Cadernos AEL*, Campinas, v. 14, n. 26, p. 14-47, 2009.

COOPER, Frederik; HOLT, Thomas e SCOTT, Rebecca. *Além da escravidão: investigação sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

COSTA, Vitor da Silva. *Trajetórias e memórias de famílias negras*. A família Baptista da Silva (c.1849 - tempo presente). Dissertação (Mestrado em História) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2018.

CUNHA, Olívia Gomes da. *Intenção e gesto*. Pessoa, cor e a produção cotidiana da (in)diferença no Rio de Janeiro (1927-1942). Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 2002.

DIAS, Maria Odila Leite da. Sociabilidades sem História: Votantes pobres no Império, 1824 - 1881. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo, Contexto, 1998.

DIHL, Tuane Ludwig. *Plurais (In)Visibilidades*. Representações republicanas sobre o negro (jornal A Federação - RS, 1884 – 1903). Dissertação (Mestrado em História) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2017.

DOMINGUES, Petrônio. “Esses intemoratos homens de cor: o associativismo negro em Rio Claro (SP) no pós-abolição”. *História Social*, n. 19, segundo semestre de 2010.

_____. “Cidadania por um fio: o associativismo negro no Rio de Janeiro (1888-1930).” *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 34, nº 67, 2014.

DOMINGUES, Petrônio. “Um desejo infinito de vencer”: o protagonismo negro no Pós-Abolição. *TOPOI*. Revista de História, v. 12, n. 23, p. 118–139, 2011.

DOMINGUES, Petrônio. *Uma história não contada: negros, racismo e branqueamento em São Paulo no Pós-Abolição*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2004.

FERREIRA, Higor Figueira. Em tintas negras. Educação, ensino e a trajetória de Pretextato dos Passos e Silva na corte imperial – novas evidências. *Revista da ABPN*. V. 10, nº 25, mar – jun 2018, p.26-42.



FLORENTINO, Manolo e GÓES, José Roberto. *A paz nas senzalas. Famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c.1790 - c.1850*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

FRAGA FILHO, Walter. *Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos libertos na Bahia, 1870-1910*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2006.

FRANCO, Sérgio da Costa. *Dicionário Político do Rio Grande do Sul. 1821-1937*. Porto Alegre, Suliani Letra e Vida, 2020.

GERMANO, Iris Graciela. *Rio Grande do Sul, Brasil e Etiópia: os negros e o carnaval de Porto Alegre nas décadas de 1930 e 40*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.

GINZBURG, Carlo. Sinais, raízes de um paradigma indiciário. In: *Mitos, emblemas e sinais. Morfologia e história*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989, p. 143-179.

GRAHAM, Richard. *Clientelismo e Política no Brasil do Século XIX*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 1997.

GUZZELLI, Cesar Augusto B. *O Horizonte da Província - A República Rio-Grandense e os caudilhos do Rio da Prata*. Porto Alegre: Linus Editores, 2013, Capítulo 2, p. 75-115.

HAACK, Marina Camilo. *Sobre silhuetas negras. Experiências e agências de mulheres negras escravizadas (Cachoeira, 1850 / 1888)*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2019.

KERSTING, Eduardo H. de Oliveira. *Negros e a Modernidade Urbana em Porto Alegre: a Colônia Africana (1888-1920)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1998.

LEITMAN, Spencer. *Negros Farrapos: hipocrisia racial no sul do Brasil no século XIX*. In: DACANAL, José Hildebrando (org). *A revolução Farroupilha: História e Interpretação*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997. 2ª ed. pp. 61 a 78.

LEITMAN, Spencer. *Raízes Sócio-Econômicas da Guerra dos Farrapos*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979, Capítulo I, p. 25-48 e capítulo VI, p. 149-166.

LIMA, Heloisa Pires. *A presença negra no circuito da Academia Imperial de Belas Artes do Rio de Janeiro. A década de 80 do século XIX*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2000.

LINS, Maria de Lourdes Ferreira. *A legião de São Paulo no Rio Grande do Sul (1775-1822)*. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1977.

LONER, Beatriz Ana. *Construção de classe: operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930)*. 2. ed. rev. ampl. Pelotas: Editora da UFPel, 2016.

LOPES, Vicente Zeferino Dias. *Nótulas sobre a história eclesiástica do Rio Grande do Sul – 1737-1891*. Cachoeira do Sul, 1891.

MAMIGONIAN, Beatriz G. *Africanos Livres*. A abolição do tráfico de escravos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

MARQUES, Letícia Rosa Marques. *O Maestro Joaquim José de Mendanha: Música, devoção e mobilidade social na trajetória de um pardo no Brasil Oitocentista*. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

MATHEUS, Marcelo Santos. *A produção da diferença*. Escravidão e desigualdade social ao sul do Império brasileiro (Bagé, c.1820-1870). Tese [Doutorado em História] - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

MATTOS, Hebe. *Das Cores do Silêncio*. Os significados da liberdade no sudeste escravista (Brasil - século XIX). Rio de Janeiro, Prêmio Arquivo Nacional de Pesquisa, 1995.

MATTOS, Hebe. Laços de família e direitos no final da escravidão. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *História da vida privada no Brasil – Império. A corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

MATTOS, Hebe; RIOS, Ana Maria. O Pós-Abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. *Topoi* - Revista de História, v. 5, n. 8, jun. 2004.

MEIRELLES, Pedro von Mengden. *Um terreno cheio de asperezas*. O Cemitério da Matriz de Porto Alegre no cotidiano da cidade (1772-1888). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul/PPGH, Porto Alegre, 2016.

MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. *Evaristo de Moraes, tribuno da República*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

MENDONÇA, Joseli; MAMIGONIAN, Beatriz; TEIXEIRA, Luana (org.). *Pós-Abolição no Sul do Brasil: associativismo e trajetórias negras*. Salvador: Saggá, 2020.

MOREIRA, Paulo. O Aurélio era preto: trabalho, associativismo e capital relacional na trajetória de um homem pardo no Brasil Imperial e Republicano. *Estudos Ibero-Americanos*, PUCRS, v. 40, n. 1, p. 85-127, jan.-jun. 2014.

MOREIRA, Paulo. Fragmentos de um enredo: Nascimento, primeiras letras e outras vivências de uma criança parda numa vila fronteiriça (Aurélio Viríssimo de Bittencourt / Jaguarão, século XIX). In: *Escravidão, mestiçagens, Populações e Identidades Culturais*. São Paulo/Belo Horizonte/ Vitória da Conquista: ANNABLUME / PPGH UFMG / Edições UESB, 2010, p. 115-138.

MÜLLER, Liane. “*As contas do meu Rosário são balas de artilharia*”. Irmandade, jornal e sociedades negras em Porto Alegre, 1889-1920. Dissertação (Mestrado em História) - PUC-RS, Porto Alegre, 1999.



MUNANGA, Kabengele. Prefácio. In: JAIME, Pedro. *Executivos negros. Racismo e diversidade no mundo empresarial*. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2016.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira. “Trabalhadores negros e o ‘paradigma da ausência’: contribuições à história social do trabalho no Brasil”, *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 29, n. 59, p. 607-626, set./dez. 2016.

NASCIMENTO, Mara Regina do. A Irmandade do Rosário de Porto Alegre diante dos controles civis e eclesiásticos, no século XIX. In: *Anais do XXV Simpósio Nacional de História - História e Ética*. Fortaleza: UFC/Anpuh, 2009, p. 1-20.

NASCIMENTO, Mara Regina do. *Irmandades Leigas em Porto Alegre. Práticas funerárias e experiência urbana. Séculos XVIII-XIX*. Tese [Doutorado em História] – PPGH – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

NEGRO, Antônio Luigi; GOMES, Flávio dos Santos. “Além de senzalas e fábricas: uma história social do trabalho”, *Tempo Social: revista de sociologia da USP*, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 217-240, 2006.

OLIVEIRA, Ângela Pereira. A racialização nas entrelinhas da imprensa negra: o caso O Exemplo e A Alvorada (1920-1935). 144 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2017.

PAIVA, Eduardo. *Dar nome ao novo*. Uma história lexical das Américas portuguesa e espanhola, entre os séculos XVI e XVIII (as dinâmicas de mestiçagem e o mundo do trabalho). Tese (Professor Titular) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

PERUSSATTO, Melina Kleinert. Arautos da liberdade: educação, trabalho e cidadania no pós-abolição a partir do jornal O Exemplo de Porto Alegre (c. 1892- c. 1911). 344 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. De pele escura à tinta preta: a imprensa negra no século XIX (1833-1899). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. *Escritos de liberdade*. Literatos negros, racismo e cidadania no Brasil oitocentista. Campinas: Editora da UNICAMP, 2018.

PINTO, Natália Garcia. *A Bênção Compadre*: experiências de liberdade e parentesco em Pelotas (1830-1850). Dissertação [Mestrado em História] PPGH/UNISINOS, São Leopoldo, 2012.

RAMOS, Gislaíne. Campanha abolicionista em Porto Alegre: considerações a partir do jornal A Reforma (1870-1888). 2010. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

RIBEIRO, José Iran. *De tão longe para sustentar a honra nacional*. Estado e Nação nas trajetórias dos brasileiros na Guerra dos Farrapos. Tese (Doutorado em história). PPGHIS, UFRJ, Rio de Janeiro, 2009.



RIOS, Ana Lugão; MATTOS, Hebe Maria. “O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas”, *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 8, p. 170-198, jan./jun. 2004.

RODRIGUES, Jaime. *O Infame Comércio*. Propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850). Campinas: Unicamp, 2000.

ROSA, Marcus Vinícius de Freitas. *Além da invisibilidade: história social do racismo em Porto Alegre (1884-1918)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

RUBERT, Arlindo. *História da Igreja no Rio Grande do Sul – Época Colonial (1626-1822)*. Porto Alegre, EDIPUCRS, 1994.

SANTOS, Bruna Letícia de Oliveira dos. “*Os brancos não falam a verdade contra mim. Porque ele é homem e não havia de passar o trabalho que as fêmeas passam*”. Maria Rita e a interseccionalidade de mulheres escravizadas (comarca de Rio Pardo,, XIX). Dissertação (Mestrado em História) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2020.

SANTOS, José Antônio dos. *Prisioneiros da História: Trajetórias Intelectuais na Imprensa Negra Meridional*. 2011. 281 f. Tese (Doutorado em História), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2011.

SANTOS, José Antônio. *Raiou a Alvorada: intelectuais negros e Imprensa, Pelotas (1907-1957)*. Pelotas: EdUFPel, 2003.

SAPIEZINSKAS, Aline. *Travessa dos Venezianos*. Um estudo antropológico sobre os significados da casa tombada para os seus moradores. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – PPGAS, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

SILVA, Antonio de Moraes. *Dicionário da Língua Portuguesa*. Tomo 1, Lisboa, Tipografia Lacerdina, 1813 [1789].

SILVA, Fernanda Oliveira da. *As lutas políticas nos clubes negros: culturas negras, racialização e cidadania na fronteira brasil-uruguaí no Pós-Abolição (1870-1960)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2017.

SILVA, José Antônio Novaes da. Doutor Tito Livio de Castro. Novas luzes sobre a trajetória de vida de um inesperado médico negro na capital do Brasil oitocentista. *Revista da ABPN*. V. 10, nº 25, mar – jun 2018, p.43-68.

SILVA, Sarah Calvi Amaral. *Entre as malhas repressivas e o sistema de justiça*. Os significados da cor na Porto Alegre dos anos 1930 e 1940. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul / UFRGS, Porto Alegre, 2018.

SILVA Jr., Adhemar Lourenço da. *As sociedades de socorros mútuos*. Estratégias privadas e públicas (estudo centrado no Rio Grande do Sul-Brasil, 1854-1940. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.



SLENES, Robert W. *Na senzala uma flor. Esperanças e recordações na formação da família escrava – Brasil, Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1999.

SOUZA, Adriana Barreto de. *Duque de Caxias. O homem por trás do monumento*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2008.

TAVARES, Mauro Dillmann. *Irmandades Religiosas, Devoção e Ultramontanismo em Porto Alegre no Bispado de Dom Sebastião Dias Laranjeira (1861-1888)*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2007.

TAVARES, Mauro Dillmann. *Morte e práticas fúnebres na secularizada República*. A Irmandade e o Cemitério São Miguel e Almas de Porto Alegre na primeira metade do século XX. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2013.

VAINFAS, Ronaldo (org.). *Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

VARGAS, Jonas Moreira. *Entre a Paróquia e a Corte: uma análise da elite política no Rio Grande do Sul (1868-1889)*. Dissertação (Mestrado em História) - PPGH / Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

VIANA, Larissa. *O Idioma da mestiçagem*. As irmandades de pardos na América Portuguesa. Campinas, SP; Editora da Unicamp, 2007.

WEIMER, Rodrigo de Azevedo. *Felisberta e sua gente: consciência histórica e racialização em uma família negra no pós-emancipação rio-grandense*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

ZUBARAN, Maria Angélica. *Comemorações da Liberdade: lugares de memórias negras diaspóricas*. Anos 90. Porto Alegre, p.161-87. jul. 2008.

Recebido 03/07/2020

Aprovado em 22/07/2020